

Concurso “Prêmio Farmacêutico Augusto Stellfeld – CRF-PR 2014”

Tema: “A ética na prática farmacêutica”

“Farmacocinéfílos”: discutindo a ética na prática farmacêutica pelo cinema

Pseudônimo: Charles Chaplin

“Farmacocinéfílos”: discutindo a ética na prática farmacêutica pelo cinema

“Farmacocinéfilos”: discutindo a ética na prática farmacêutica pelo cinema

RESUMO

A prática profissional farmacêutica deve ser pautada pelo mais elevado nível ético e a percepção e incorporação de valores éticos devem ser desenvolvidas na formação profissional. No entanto, diferente dos temas mais técnicos, sobretudo os relacionados com as disciplinas voltadas à Química, Biologia e Ciências Farmacêuticas, o ensino de Ética esbarra na dificuldade de selecionar práticas pedagógicas que permitam uma discussão crítica dos assuntos relacionados à profissão e, ao mesmo tempo, apresentem-se interessantes aos olhos dos alunos. Nesse sentido, este artigo relata uma experiência voltada para o uso do cinema como articulador de uma formação crítica, voltada para a formação ética.

PALAVRAS-CHAVE: Farmácia, ética farmacêutica, cinema, Farmacocinéfilos.

INTRODUÇÃO

O Brasil ainda apresenta problemas quanto aos serviços farmacêuticos. Apesar de existir um farmacêutico para cada 1.400 habitantes, esses profissionais estão concentrados em São Paulo, Minas Gerais e Paraná, o que leva a situações como a do Piauí, em que não há farmacêutico em 50% das farmácias (CORRER *et al.*, 2013).

Além da falta do profissional nos ambientes farmacêuticos, há problemas relacionados ao acesso e uso dos medicamentos, considerados como os principais produtos utilizados no controle das inúmeras patologias.

Nos últimos anos, apesar de não se ter atingido uma cobertura farmacoterapêutica universal para a população, houve grandes avanços no acesso. Uma pesquisa de orçamento familiar, que comparou dois períodos (2002-2003 e 2008-2009), verificou que o gasto médio *per capita* com medicamentos aumentou de

R\$ 10,65 para R\$ 17,91 (GARCIA *et al.*, 2013). O aumento no acesso pode ser explicado por diversos fatores, como aumento na renda, expansão do mercado farmacêutico potencial, expiração de patentes (com a consequente introdução de genéricos), aumento da proporção de idosos e novos usos para medicamentos já existentes (condições clínicas adicionais e condições não patológicas, como alteração de traços de personalidade e satisfação de certas necessidades sociais) (DAUGHTON, 2003).

Muitas vezes, o acesso é indiscriminado, levando o paciente a se expor a produtos não adequados para a sua situação patológica e/ou fisiológica ou em quantidades excessivas (AQUINO, 2008). Essa situação caracteriza o fenômeno da farmacologização, em que medicamentos são usados para atingir certa “supernormalidade”, por meio do aperfeiçoamento farmacológico. Na farmacologização, condições, capacidades e potencialidades humanas são traduzidas em oportunidades para intervenções farmacológicas (CAMARGO JÚNIOR, 2013).

Diante de tantos problemas, cabe repensarmos a atuação do farmacêutico no sentido de contornar os problemas relacionados com a prática profissional, sobretudo no que tange aos aspectos éticos, bem como os relacionados com o medicamento.

DESENVOLVIMENTO

Ética Farmacêutica

A atuação do profissional farmacêutico deve estar alinhada aos ditames éticos estipulados pelo Código de Ética Farmacêutica. A última versão do Código de Ética é de 2014, em substituição ao Código de Ética de 2004.

Apesar de poucas mudanças, o novo Código sinaliza a postura do Conselho Federal de Farmácia em manter a profissão farmacêutica em consonância com as mudanças que a sociedade apresenta.

A título exemplificativo, salientam-se algumas das alterações advindas no Código de Ética, como a ênfase da proteção dos direitos e garantias fundamentais, a proteção e respeito para o trabalho dos fiscais e a reafirmação de que o Código de Ética se estende aos professores farmacêuticos, os quais continuam “cobertos” pelo referido Código de Ética, mesmo exercendo a docência como única e exclusiva atividade profissional.

Já no artigo 2º, é salientado que os direitos e garantias fundamentais devem prevalecer nas situações de conflito ente a ciência e esses direitos.

Os direitos fundamentais são direitos e garantias previstos na Constituição, e dela receberam um elevado grau de garantia e de segurança, sendo, portanto, ou imutáveis ou, ao menos, com dificuldade para serem alterados (BONAVIDES, 2008). A história dos direitos fundamentais ocorreu com a Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789, documento que serviu como pedra fundamental do Estado constitucional (HARTMANN, 2004).

Dessa forma, os direitos fundamentais estão contidos na Constituição Federal, sendo cercados de garantias jurídico-institucionais (CANOTILHO, 2003; ALEXY, 2008).

No Brasil, a Constituição Federal de 1988, como marco jurídico da transição ao regime democrático, expandiu de forma significativa os direitos e garantias fundamentais (PIOVESAN, 2010). O Código de Ética da Profissão Farmacêutica, portanto, só vem ratificar os direitos positivados na Constituição Federal.

Mas como garantir que a atuação profissional farmacêutica esteja pautada no mais alto nível ético e moral? Uma das respostas perpassa pela formação farmacêutica.

Ensino Farmacêutico como fator de ligação prática profissional-ética

É inegável o fato de que existe uma demanda social pelo serviço farmacêutico (ZUBIOLI, 2001). Como profissão regulamentada, e mesmo antes disso, era preciso garantir a formação formal desse profissional. Nesse sentido, o primeiro curso de Farmácia do Brasil foi criado em 1832 (Pimenta & Costa, 2008). Atualmente são

mais de mais de 300 cursos espalhados pelo Brasil (FERNANDES *et al.*, 2008; SATURNINO *et al.*, 2012).

Em quase dois séculos de história, o ensino farmacêutico tentou acompanhar as transformações da sociedade (HADDAD *et al.*, 2006). No século passado, houve a incorporação das análises clínicas e da área relacionada aos alimentos. Como consequência, o farmacêutico, deslocado da sua atividade principal ligada ao medicamento, lança-se para essas novas, e promissoras (à época), áreas de atuação profissional (ESTEFAN, 1986).

Mais recentemente, houve uma reformulação do ensino farmacêutico, voltada para a reaproximação do farmacêutico com o seu principal produto de trabalho, o medicamento, bem com o seu principal destinatário, o paciente. O Brasil seguiu a tendência internacional, já que a educação farmacêutica foi repensada em vários países, tendo a Associação Européia das Faculdades de Farmácia recomendado uma reestruturação nos cursos, voltada para a incorporação de conhecimentos clínicos (CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2009).

Outras instituições também refletiram sobre a questão. A Federação Internacional de Farmácia (*International Pharmaceutical Federation - FIP*), juntamente com a OMS e a UNESCO, elaborou um plano de ação (*The Global Pharmacy Education Action Plan 2008-2010*) voltado para a educação farmacêutica, no sentido de garantir a formação de profissionais voltados para os serviços farmacêuticos (ANDERSON *et al.*, 2008).

Mas as mudanças iriam ser mais profundas, afetando a forma como o ensino era ofertado. Por muitos anos, o ensino farmacêutico priorizou a retenção de informações e repetição de conteúdos básicos, desvinculados de um pensamento crítico (BLOUIN *et al.*, 2008). A quebra desse paradigma veio com o uso de metodologias ativas de ensino e aprendizagem, como a metodologia da problematização, a aprendizagem baseada em problemas (PBL, do inglês *problem-based learning*), exame clínico objetivo estruturado, jogos, simulação, etc. (BERBEL, 1998; PATEL, 2008; WATERFIELD, 2010; SALINITRI *et al.*, 2012).

Nos Estados Unidos, por exemplo, 70% dos cursos de Farmácia incorporaram a metodologia PBL nos componentes curriculares (CISNEROS *et al.*, 2002). No Brasil, existem algumas experiências, como o Curo de Farmácia da Universidade de Fortaleza (SANTANA *et al.*, 2012).

A própria Organização Mundial da Saúde (OMS) reconhece os benefícios do uso de metodologias ativas no ensino da área da saúde (GOMES *et al.*, 2010).

Cinema como proposta pedagógica para o processo de ensino-aprendizagem voltado para a Ética Farmacêutica

A formação de profissionais de saúde exige uma formação voltada para a compreensão da realidade social na qual a prática profissional é desenvolvida. Nesse sentido, “ética”, “moral” e “determinantes sociais das doenças” são temas com grande dificuldade para serem abordados, sobretudo pela inclinação dos estudantes de Farmácia para áreas mais objetivas, como Bioquímica e Farmacologia, por exemplo, com o conseqüente afastamento de áreas mais subjetivas, como Sociologia e Filosofia.

Diante dessa questão, o processo ensino-aprendizagem deve incluir recursos alternativos de modo a propiciar ambientes diferenciados para as discussões necessárias para a formação dos alunos. Nesse sentido, o cinema se apresenta como um interessante recurso didático-pedagógico (IBÁÑEZ *et al.*, 2010). E dependendo dos objetivos de cada trabalho, há a possibilidade de modificações e adaptações na discussão de um filme, já que um mesmo filme apresenta inúmeros elementos inseridos ao longo da mesma história (BARBOSA, 2013).

Um dos usos mais frequentes de filmes no ensino da área da saúde é a discussão sobre doenças. Inúmeros filmes retratam doenças, doentes e como estes são tratados (CAPPELLETTI *et al.*, 2007). A onipresença de enfermidades no cinema é perfeitamente entendível, pois o cinema conta histórias humanas, em que os expectadores se identificam com as mesmas por reconhecer suas próprias histórias (MARTÍNEZ *et al.*, 2005).

Um bom exemplo de utilização de filmes para a discussão de patologias é o filme “Óleo de Lorenzo”, que apresenta um raro distúrbio denominado adrenoleucodistrofia (OLIVA & ALONSO-VILLALOBOS, 2005; MENÉNDEZ, 2013). Apesar de o filme ter um forte apelo emotivo, faz uma importante descrição do drama de doentes e de suas famílias em relação ao tratamento escasso, limitado e, não raro, inexistente (como tratado no filme) para doenças raras.

E além dos aspectos bioquímicos, moleculares e clínicos das doenças, o cinema é um bom meio para descrever as enfermidades enquanto fenômeno social, e não somente com algo biologicizado (CAPPELLETTI *et al.*, 2007).

Além de patologias, o cinema também faz uma discussão sobre uso de medicamentos, práticas adotadas pela indústria farmacêutica e uso de substâncias ilícitas. Como exemplos, tem-se “Amor e Outras Drogas”, que apresenta inúmeras informações para serem trabalhadas no ensino de Farmacologia (HERNÁNDEZ-LÓPEZ *et al.*, 2013), “O Jardineiro Fiel”, que reflete uma crítica direta à política realizada pelos países com maior poder econômico sobre países pobres em termos de pesquisa com seres humanos, em que as técnicas adotadas violam os princípios éticos (JIMÉNEZ, 2005) e “Trainspotting”, que, com uma linguagem cinematográfica diferenciada (variação na velocidade do filme, uso de *flashback* e *flash-forward*), recriou sensorialmente uma experiência alucinógena (BYRNE, 1997). E as possibilidades não se encerram somente em patologias, medicamentos, drogas e indústria farmacêutica. Inúmeros outros conceitos podem ser estudados à luz do cinema, como o ensino de Deontologia e Ética Farmacêutica, por exemplo (MENDONÇA *et al.*, 2012).

Nesse sentido, desenvolveu-se uma proposta de discutir aspectos éticos relacionados à prática farmacêutica a partir do cinema.

Inicialmente, buscou-se uma denominação para o projeto. A primeira nomenclatura foi “Cinefarmaco”, mas com o desenvolvimento e amadurecimento da proposta foi encontrado outra denominação: “Farmacocinéfilos”.

Na sequência, buscou-se, também, uma identidade visual, por meio de uma logomarca que associasse Farmácia e Cinema. A logomarca elaborada consta na figura 1.



Figura 1: Logomarca do grupo “Farmacocinéfilos”

A partir daí, foram selecionados filmes cuja temática tivessem relação com a Farmácia, sobretudo nos aspectos éticos da profissão. Neste artigo, relata-se a experiência proveniente da análise do filme “Amor e Outras Drogas”, de 2010, na perspectiva da discussão sobre o fenômeno da medicalização da sociedade.

O filme cita inúmeros fármacos e medicamentos, patologias e sintomas, os quais não constituem o cerne desta análise.

O protagonista, em certo momento, relata que usou Ritalina (metilfenidato), desde os oito anos, por ser considerado pela família uma criança diferente.

Essa situação é bem representativa do uso de um medicamento para resolver um suposto problema, como o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade - TDAH (BARBARINI, 2011). O tratamento do TDAH inclui, como estratégia

farmacológica, o uso de psicoestimulantes, como o metilfenidato (PASTURA *et al.*, 2004).

O problema é a sobrevalorização da eficácia desse agente. O metilfenidato é o estimulante mais consumido no mundo, principalmente pela indicação para TDAH, com destaque para os Estados Unidos (primeiro lugar) e Brasil (segundo lugar) (ITABORAHY *et al.*, 2013; ORTEGA *et al.*, 2010; ANVISA/SNGPC, 2012).

Esse problema não é tão simples. Nos últimos anos, diferentes condições, que não eram consideradas como problemas médicos, passaram a ser alvo do “controle farmacológico” (DECOTELLI *et al.*, 2013; BRZOZOWSKI *et al.*, 2013).

Nesse sentido, diagnósticos são supervalorizados, levando indivíduos saudáveis a ser diagnosticados como portadores de diversos transtornos (BRZOZOWSKI *et al.*, 2013).

Daí a mudança no olhar para diferentes públicos, como as crianças, no caso do TDAH. Antes, algumas crianças vistas como mal educadas passam a ser consideradas doentes, alvos de tratamentos farmacológicos (BARBARINI, 2011; SILVA *et al.*, 2012).

Uma das conseqüências da medicalização da sociedade é a criação de indivíduos alienados e negligentes, que passam a justificar seus fracassos a partir do diagnóstico recebido (MOYSÉS & COLLARES, 2010).

Outras discussões também foram abordadas a partir da análise do filme, como os conflitos bioéticos na pesquisa de novos medicamentos, a angústia de pacientes com doenças crônico-degenerativas, a estratégia da indústria farmacêutica para manter a venda de seus lançamentos, etc. e serão relatadas em momento oportuno.

CONCLUSÃO

Conclui-se com este trabalho que o cinema é um importante veículo para a discussão de aspectos éticos relacionados ao mundo farmacêutico e, à prática profissional, de maneira específica.

O uso de metodologias alternativas ao ensino tradicional é de extrema relevância, ao propiciar uma abordagem crítica aos diferentes aspectos da profissão farmacêutica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXY, R. **Teoria dos direitos fundamentais**. 2. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2008.

ANDERSON, C. *et al.*. The WHO UNESCO FIP Pharmacy Education Taskforce: enabling concerted and collective global action. **American Journal of Pharmaceutical Education**, v. 72, n. 6, p. 1-6, 2008.

ANVISA/SNGPC. Prescrição e consumo de metilfenidato no Brasil: identificando riscos para o monitoramento e controle sanitário. **Boletim de Farmacoepidemiologia do SNGPC**, v. 2, n. 2, Brasília, 2012.

AQUINO, D.S. Por que o uso racional de medicamentos deve ser uma prioridade? **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 13(supl), p. 733-736, 2008.

BARBARINI, T.A. A medicalização da vida e os mecanismos de controle: reflexões sobre o TDAH. PLURAL, **Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP**, v. 18, n. 1, p. 93-115, São Paulo, 2011.

BARBOSA, R.H. Reflexiones bioéticas a través del cine. **Revista de Medicina y Cine**, v. 9, n. 2, p. 60-69, 2013.

BERBEL, N.A.N. A problematização e a aprendizagem baseada em problemas: diferentes termos ou diferentes caminhos? **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, v. 2, n. 2, p. 139-154, 1998.

BLOUIN R A *et al.* Preparing for a renaissance in Pharmacy Education: the need, opportunity and capacity for change. **American Journal of Pharmaceutical Education**, v. 72, n. 2, p. 1-3, 2008.

BONAVIDES, P. **Curso de Direito Constitucional**. 15 ed. São Paulo: Malheiros, 2008.

BRZOZOWSKI, F.S., CAPONI, S.N.C. Medicalização e desvios de comportamento na infância: aspectos positivos e negativos. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 33, n. 1, p. 208-221, 2013.

BYRNE, P. *Trainspotting and the depiction of addiction* **Psychiatric Bulletin**, n. 21, p. 173-175, 1997.

CANOTILHO, J.J.G. **Direito Constitucional e teoria da Constituição**. 7 ed. Coimbra: Almedina, 2003.

CAPPELLETTI, G.L.; SABELLI, M.J.G.; TENUTTO, M.A. ¿Se puede enseñar mejor? Acerca de la relación entre el cine y la enseñanza. **Revista de Medicina y Cine**, v. 3, p. 87-91, 2007.

CISNEROS R M *et al.* *Status of Problem-Based Learning Research in Pharmacy Education: A Call for Future Research*. **American Journal of Pharmaceutical Education**, v. 66, p. 19-26, 2002.

CORRER, C.J. *et al.* A farmácia comunitária no Brasil. P. 3-26. In: CORRER, C.J.; OTUKI, M.F. (Org.) **A prática farmacêutica na farmácia comunitária**. Porto Alegre: Artmed, 2013.

CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Serviços Farmacêuticos (fascículo III)**. São Paulo: Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo. 2009, 51 p.

DAUGHTON, C.G. Cradle-to-cradle stewardship of drugs for minimizing their environmental disposition while promoting human health. I- Rationale for and avenues toward a green pharmacy. **Environmental Health Perspectives**, v. 111, n. 5, p. 757-774, 2003.

DECOTELLI, K.M., TEIXEIRA, L.C., PAULO, B. & P., BICALHO, G. A droga da obediência: Medicalização, infância e biopoder - notas sobre clínica e política. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Rio de Janeiro-RJ, v. 33, n. 2, p. 446-459, 2013.

ESTEFAN IJS. O ensino de Farmácia. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 2, n. 4, p. 511-532, 1986.

FERNANDES ZC, BERMOND MD, OLIVEIRA FNCF, CAMARGO EE, CECY C. **Os desafios da educação farmacêutica no Brasil**. Brasília: Conselho Federal de Farmácia, 2008.

GARCIA, L.P. *et al.* **Dimensões do acesso a medicamentos no Brasil**: Perfil e desigualdades dos gastos das famílias, segundo as pesquisas de orçamentos

familiares 2002-2003 e 2008-2009, Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2013.

GOMES, C.A.P. *et al.* **A Assistência Farmacêutica na atenção à saúde.** Belo Horizonte: Ed. FUNED, 2010.

HADDAD, A.E. *et al.* (Org.) **A trajetória dos cursos de graduação na área da saúde: 1991-2004.** Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.

HARTMANN, T.S.M. **A (in)efetividade dos direitos fundamentais diante da globalização econômica e a participação popular como fator de superação.** In: CORRALO, G.; SANTOS, T.R.; HARTMANN, T.S.M. (Org.). Estudos de teoria do Estado: novas perspectivas do estado Democrático de Direito. Passo Fundo: UPF, 2004.

HERNÁNDEZ-LÓPEZ, C. *et al.* **Amor y otras drogas/Love and other drugs: una película con un número significativo de recursos para La formación en farmacología y terapêutica.** **Revista de Medicina y Cine**, v. 9, n. 2, p. 53-59, 2013.

IBÁÑEZ, L.M.M. *et al.* Aplicación del cine como estrategia didáctica para la enseñanza de la investigación científica. **Revista de Medicina y Cine**, v. 6, n. 1, p. 24-28, 2010.

ITABORAHY, C., ORTEGA, F. O metilfenidato no Brasil: uma década de publicações. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, n. 3, p. 803-816, 2013.

JIMÉNEZ, J.L.C. *El jardinero fiel* (2005) o el desarrollo de nuevas medicinas. **Revista de Medicina y Cine**, n. 2, p. 96-101, 2006.

MARTÍNEZ, M.J.F. *et al.* Metodología docente para la utilización del cine en La enseñanza de la microbiología médica y las enfermedades infecciosas. **Revista de Medicina y Cine**, v. 1, p. 17-23, 2005.

MENDONÇA, L.G.; DE LA ROCQUE, L.; FERREIRA, F.R. Estudo de caso e o cinema de comédia: modalidade de metodologia ativa para o ensino de Deontologia e Ética Farmacêutica, **Ensino, Saúde e Ambiente**, v. 5, n. 2, p. 57-68, 2012.

MENÉNDEZ, A.G. *El aceite de Lorenzo (Lorenzo's Oil)* (1992). Enfermedad: realidad mirada desde distintos puntos de vista. **Revista de Medicina y Cine**, v. 9, n. 1, p. 3-10, 2013.

MOYSÉS, M.A.A, & COLLARES, C.A.L. **Dislexia e TDAH**: uma análise a partir da ciência médica. In CRP-SP (Conselho Regional de Psicologia de SP). Medicalização de crianças e adolescentes: conflitos silenciados pela redução de questões sociais a doenças de indivíduos. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.

OLIVA, J.A.; ALONSO-VILLALOBOS, V.S. Análisis cinematográfico de *El aceite de la vida/ Lorenzo's Oil* (1992). **Revista de Medicina y Cine**, v. 1, p. 3-6, 2005.

ORTEGA, F., BARROS, D., CALIMAN, L., ITABORAHY, C., JUNQUEIRA, L., FERREIRA, C.P. A ritalina no Brasil: produções, discursos e práticas. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, v. 14, n. 34, p. 499-510, 2010.

PATEL, J. Using game format in small group classes for pharmacotherapeutics case studies. **American Journal of Pharmaceutical Education**, v. 72, n. 1, p. 1-5, 2008.

PASTURA, G., MATTOS, P. Efeitos colaterais do metilfenidato. **Revista de Psiquiatria Clínica**, v. 31, n. 2, p. 100-104, 2004.

PIOVESAN, F. **Direitos Humanos e Direito Constitucional Internacional**. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

POSECK, B.V. Manicomios de cine: la representación de las instituciones mentales y sus procedimientos en la gran pantalla. **Revista de Medicina y Cine**, v.3, p. 57-67, 2007.

SÁNCHEZ, J.P. El uso de la película *Despertares* (1990) para evaluar aprendizajes en la licenciatura de Biología de La Universidad Pompeu Fabra. Diez años de experiencia. **Revista de Medicina y Cine**, v. 5, p. 27-29, 2009.

SANTANA, C.A.; CUNHA, N.L.; SOARES, A.K.A. Avaliação discente sobre a metodologia de ensino baseado em problemas na disciplina de Farmacologia. **Revista Brasileira de Farmácia**, v. 93, n. 3, p. 337-340, 2012.

SALINITRI, F.D.; O'CONNELL, M.B.; GARWOOD, C.L.; LEHR, V.T.; ABDALLAH, K. An objective structured clinical examination to assess problem-based learning. **American Journal of Pharmaceutical Education**, v. 76, n. 3, p. 1-10, 2012.

SERRANÍA, M.I.J. *Despertares* (1990): la epidemia de los niños que se quedaron dormidos. **Revista de Medicina y Cine**, v. 3, p. 102-112, 2007.

SILVA, A.C.P, LUZIO, C.A., SANTOS, K.Y.P., DIONÍSIO, G.H. A explosão do consumo de ritalina. **Revista de Psicologia da UNESP**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 44-57, 2012.

ZUBIOLI, A. (Coord). **A Farmácia Clínica na Farmácia Comunitária**. Brasília: Ethosfarma, 2001.

WATERFIELD, J. Is Pharmacy a knowledge-based profession? **American Journal of Pharmaceutical Education**, v. 74, n. 3, p 1-6, 2010.